



85  
70

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ag na Ap Nº 0239554-2

AGRAVANTES: José dos Santos Ferreira e Outro

AGRAVADO: Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER/PE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO ORDINÁRIA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PAGA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO. HIPÓTESE EM QUE HOUE A CONCORDÂNCIA EXPRESSA DA PARTE DESAPROPRIADA COM O QUANTUM INDENIZATÓRIO OFERECIDO PELO ENTE EXPROPRIANTE NA VIA ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PRECEDENTES. RECURSO IMPROVIDO. 1. No caso subjacente, os autores afirmam que, tendo sido desapropriados do imóvel que lhes pertencia, teriam recebido a título indenizatório valor inferior ao devido. 2. Entretanto, depreende-se dos autos que a desapropriação em comento ocorreu de forma amigável, mediante o pagamento da indenização expressamente acordada pelas partes envolvidas, sendo incontroverso que os autores deram total e plena quitação do preço da indenização respectiva, isto a implicar na improcedência da demanda. Precedentes deste TJPE. 3. Por outro lado, e com o propósito de evidenciar a insubsistência da pretensão em foco, impende considerar que o laudo de avaliação apresentado pelos autores/agravantes levou em consideração a área total do bem (496,17 m²), muito embora seja certo que, neste caso concreto, a desapropriação atingiu somente 73,24 m² do mencionado imóvel. 4. Recurso de agravo improvido. 5. Decisão unânime. /

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0239554-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 25 de abril de 2013.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**

Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ag na Ap Nº 0239554-2

AGRAVANTES: José dos Santos Ferreira e Outro

AGRAVADO: Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER/PE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **recurso de agravo** interposto em face de decisão terminativa por mim proferida nos autos da Apelação Cível nº 0239554-2, por intermédio da qual **anulei** a sentença proferida em primeiro grau de jurisdição e, em sucessivo, mediante aplicação do direito à espécie, **julguei improcedente** a pretensão autoral, consistente na complementação da indenização anteriormente paga aos autores pelo DER/PE para fins de desapropriação.

Nesta sede recursal, os agravantes, após citarem diversos ensinamentos doutrinários, concluem que *“a indenização justa deve ser a mais completa possível, abrangendo todos os gravames de ordem patrimonial suportados pelo expropriado”*.

Nessa direção, pede o processamento do presente agravo, a fim de que seja provido o apelo subjacente e julgada procedente a pretensão deduzida na petição inicial.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 25 de abril de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ag na Ap Nº 0239554-2

AGRAVANTES: José dos Santos Ferreira e Outro

AGRAVADO: Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER/PE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

“Trata-se de **apelação cível** interposta em face da seguinte sentença, proferida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da ‘*Ação de Pedido de Pagamento de Diferença de Indenização Expropriatória*’ NPU 0016114-32.2001.8.17.0001:

‘1. JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA, CPF nº 135.140.404-00, e ZENILDA SILVA FERREIRA, CPF nº 592.728.724-72, brasileiros, casados, propõem a presente ação ordinária contra o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, objetivando o pagamento de diferença de indenização paga em razão da desapropriação de imóvel de sua propriedade.

Alegam os autores que a indenização por eles recebida precisaria ser complementada para que então representasse o justo valor de que trata a Constituição da República.

2. Regularmente citado(s), o(s) réu(s) apresentou(aram) contestação às fls. 22/23, aduzindo, preliminarmente, a inépcia da inicial por ausência de interesse de agir; no mérito, sustenta que os autores não fazem jus a qualquer complementação de indenização, haja vista que acordaram com o valor ofertado pela Administração, dando-lhe plena quitação.

3. O Ministério Público opina pelo acolhimento da preliminar de falta de interesse de agir e, no mérito, pela improcedência do pedido (fls. 39/40).

4. Tratando-se de questão predominantemente de direito, vieram-me os autos, que ora dou por relatados, para sentença.

**DECISÃO**

Da preliminar de carência de interesse processual

5. Acolho a preliminar de ausência de interesse processual, pelas razões expostas a seguir.

Cumpre registrar, primeiramente, que os autores firmaram acordo e, manifestando livremente a sua vontade, anuíram com o valor ofertado pela Administração Pública como justa indenização pela expropriação do imóvel da propriedade deles, dando-lhe plena quitação, consoante se depreende dos documentos acostados às fls. 24/25.

O momento oportuno para se impugnar o preço, conforme dispõe o art. 20 do Decreto-lei nº 3.365/41, é no decorrer do procedimento de expropriação, de modo que, ao não fazê-lo àquela época, o autor perdeu o seu direito de questionar o valor da indenização, razão pela qual não há que se falar no cabimento de ação para pleitear uma possível diferença devida e não paga.

Ademais, vale mencionar, os autores não aduziram qualquer vício que pudesse macular o procedimento expropriatório, sendo certo que os atos administrativos usufruem do atributo da presunção de veracidade e legitimidade até que se prove o contrário.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Tem-se configurado o desinteresse processual dos autores para proporem a presente demanda.

6. Com estas considerações, e com arrimo no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, extingo o processo sem resolução de mérito.

P. R. I.' Fls. 45/46.

Tendo o DER/PE interposto embargos de declaração, o *decisum* em lume restou por ser integrado nos seguintes termos:

'VISTOS ETC...

1. O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO – DER/PE, opõe embargos de declaração à sentença de fls. 45/46.

Segundo o embargante, a decisão embargada omitiu-se quanto a condenação dos embargados ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento).

2. São cabíveis embargos de declaração quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal (CPC, art. 535 inciso II).

No caso dos autos, houve, efetivamente, omissão do julgado, que silenciou quanto aos honorários advocatícios, em virtude dos embargados serem beneficiários da justiça gratuita.

Suprindo tal omissão, acrescento à sentença embargada o item 7, com a seguinte redação:

'7. Condeno os autores em honorários advocatícios, que ora fixo em R\$ 1000,00 (mil reais). Considero, aqui, a simplicidade da causa.

A condenação do item anterior somente será devida pelos autores, beneficiários da justiça gratuita, se houver prova de terem eles perdidos, nos próximos 05 (cinco) anos, a condição de necessitados, a teor do disposto no art. 3º, caput e incisos, combinado com art. 11, caput e § 2º e art. 12, caput, todos da Lei nº 1.060/50.

3. Com estas considerações, acolho em parte os embargos de fl. 55.

4. Renovado fica o prazo para recurso voluntário.

5. Intimem-se.' Fl. 56.

Inconformados, os apelantes alegam, em suma, que: (i) a sentença encontrar-se-ia em total divergência com o direito e as provas contidas nos autos; (ii) o ente expropriante não teria pago a justa indenização prevista na Constituição Federal; (iii) *'se os apelados (...) dizem que os apelantes deram quitação do valor recebido, mas tal valor não condiz com a Carta Magna, estamos diante de cláusula contratual conflitante, (...) contraditória, ambígua e dúbia'*, isto a violar dispositivos dos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor.

Nessa direção, pedem o provimento do apelo, a fim de que, reformado o ato sentencial impugnado, seja julgado procedente o pedido deduzido na inicial.

Sem contra-razões.

É o que de relevante há a relatar.

De proêmio – *ex officio* e no âmbito do efeito devolutivo desencadeado pelo recurso dos autores –, cuido de **anular** a sentença em foco, extintiva do feito, sem resolução de mérito,





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

89  
70

visto que a preliminar de 'carência' de ação acolhida pelo magistrado sentenciante diz respeito à inexistência, em si, do direito material reclamado, raciocínio conducente à improcedência do pedido, e não à ausência de qualquer das condições da ação, em sentido técnico processual.

Ato contínuo, passo ao enfrentamento da discussão de fundo, o que faço com base no art. 515, § 3º, do CPC.

No caso, os autores afirmam na inicial que eram proprietários de um imóvel residencial no Município de Paulista, imóvel esse que teria sido objeto de desapropriação para o fim de realização de ampliação e alargamento da Rodovia PE-15.

Acrescentam que, não obstante o laudo de avaliação por eles apresentado, o DER/PE teria desconsiderado o preço justo do bem (supostamente equivalente a R\$ 71.800,00), pagando-lhes, a título de indenização, apenas R\$ 20.953,42.

Dessa forma, pugnam pelo pagamento da diferença daí advinda, de molde a atingir-se a justa indenização devida pela desapropriação.

Compulsando os autos, vê-se que, de fato, o Estado de Pernambuco, por intermédio do Decreto nº 22.964/2001, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a faixa de terra necessária à construção do corredor de transporte coletivo Olinda-Paulista (PE-15).

Observa-se, ademais, que, em 20 de fevereiro de 2001, a parte autora, mediante o termo de aceitação e compromisso acostado, por cópia, à fl. 24, concordou com o valor da indenização proposto pelo DER/PE no montante de R\$ 20.953,42.

Consta também dos autos cópia de recibo (fl. 25) por meio do qual os autores deram plena, geral e irrevogável quitação, bem como renunciaram a qualquer direito, inclusive à retrocessão, para nada mais pedir ou exigir, haja vista o pagamento da mencionada indenização (além de imitar o DER/PE na posse no aludido bem).

Diante desse cenário, percebe-se que a desapropriação da área ocorreu de forma amigável, mediante o pagamento da indenização acordada pelas partes envolvidas, conforme se denota do acervo fático probatório acostado aos autos.

Cumprе ressaltar que, tanto no termo de aceitação e compromisso quanto no referido recibo, inexistе qualquer ressalva, nem tampouco sinal de irresignação quanto ao preço avençado.

Nessa quadra, a pretensão formulada não se coaduna com a prova documental carreada ao processo, posto que a desapropriação da área ocorreu mediante acordo extrajudicial, sendo incontroverso que os autores deram total e plena quitação do preço da indenização respectiva, isto a implicar na improcedência da demanda.

Por relevante, importa salientar que este e. Tribunal de Justiça já se deparou com diversos recursos análogos ao que ora se apresenta, tendo, em todo caso, se posicionado pela



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

inviabilidade dos pedidos de complementação de indenização deduzidos por particulares atingidos pela desapropriação suso referenciada.

Confira-se:

‘Cuida-se de apelação interposta, às fls. 53/55 dos autos da Ação de Pedido de Pagamento de diferença de Indenização Expropriatória - processo nº 001.2001.022.392-5 -, contra sentença do Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife que, acolhendo preliminar de carência de ação apontada pelo Ministério Público, julgou extinto o processo nos termos do artigo 267, incisos IV e VI do CPC, condenando a parte ao pagamento das custas processuais.

O apelo traz o argumento de que a autora, ora apelante, foi quase que obrigada a aceitar o valor indenizatório decorrente da avaliação obtida por técnicos do DER/PE, face ao total desconhecimento dos seus direitos, e pelo medo de perder o bem objeto de expropriação, motivo pelo qual considera que o valor indicado na referida avaliação não fora o devidamente justo e, portanto, também não fora a indenização paga. A apelante, ainda, aduz contra o fundamento da sentença, arguindo ter direito à indenização. Por fim, requer a reforma da decisão, ora vergastada, no sentido de que lhe seja concedida uma indenização correspondente ao seu desfalque patrimonial.

(...)

Relatei e decido.

Preambularmente, cuido que o apelo não elabora questão jurídica contra os fundamentos da sentença. Assim, pois, não há como subsistir a necessária apreciação recursal.

Todavia, somente por epítrope, cuido que o *decisum a quo* considerou a autora, ora apelante, carente de ação, julgando, por consequência, extinto o feito, considerando a falta de interesse de agir da autora, posto que esta teria acatado a avaliação realizada e já recebido o valor indenizatório, dando plena e irrevogável quitação ao pagamento realizado.

De fato, consta às fls. 30, o assentimento, por parte da autora, ora apelante, no Termo de Aceitação de Avaliação do bem expropriado, elaborado pelos técnicos do DER/PE, bem como, às fls.31, o Recibo de quitação plena, geral e irrevogável, subscrito pela mesma, acusando o recebimento do valor indenizatório, objeto da lide.

Assim, portanto, não há como a requerente, ora apelante, se eximir da responsabilidade ensejada pelas suas anuências.

No caso, a tese apelativa restringe-se a arguir que houve uma avaliação incondizente com o valor justo e que a obliteração da requerente vez com que ela acatasse a indenização concebida pelo DER/PE. Nesse contexto, considero incabível à pessoa com capacidade jurídica, como no caso, argumentar desconhecimento de lei, como justificativa para não defender seus interesses oportunamente, vindo *a posteriori* se insurgir sobre negócio jurídico válido e regular já realizado.

De qualquer sorte, em observância ao Princípio da Dialeticidade, e pois visualizando a inocorrência de confronto necessário entre a tese apelativa e os motivos da decisão increpada, por não perfazer a apelante argumento a sobressaltar a questão preliminar de carência de ação, tenho que remanesce inadmissível o presente recurso, consoante disposição do artigo 514, inciso II do CPC.

(...)

A luz de tais considerações, nego seguimento ao presente recurso em face da inadmissibilidade de seu pedido, conforme jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça, o que determino com amparo nas disposições contidas no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 74, inciso VIII, do RITJPE.

91  
10



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Custas na forma da lei.  
Intime-se.  
Recife, 21 de julho de 2006.  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator' (Apelação Cível nº 0126585-0)

\*\*\*

'Trata-se de apelação cível diante de sentença que, extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, por ilegitimidade ativa quanto ao pleito relativo a um dos imóveis objeto da lide, bem como por falta de interesse processual, porque devidamente recebida a quantia ofertada, não havendo provas de vício de consentimento por parte da apelante, decisão ancorada no art. 267, IV e VI, do CPC.

Houve apelo, razões de fls. 63/68, onde se pugna pela reforma da sentença sob fundamento de que o *status* de possuidora ostentado pela apelante lhe outorga legitimidade para propor e responder ação de desapropriação, asseverando, por outro lado, no que tange à carência de ação, que lhe assiste o direito de buscar o recebimento de indenização em valor justo, não sendo de se submeter àquele anteriormente ofertado, restando prequestionados os arts. 5º, XXIV, da CF/88; 122 e 845, do CC/2002; e 51, IX, da Lei nº 8.078/90.

Contrariedade de fls. 71/80, em que se realça a concordância da apelante com a avaliação feita pelos técnicos do DER/PE e com o valor nela ofertado, bem como o recibo firmado pela demandante dando quitação plena, geral e irrevogável do pagamento correspondente ao negócio celebrado, conforme documentos de fls. 37/38 e 45/46, pelo que se requer a manutenção dos termos do julgado.

Sem interesse ministerial, cota de fls. 91/93, vieram-me os autos conclusos.

Feito este breve relato, decido monocraticamente.

Duas são as questões controvertidas que nesta sede se revisam voluntariamente: a carência ou não de ação daquele que, tendo recebido e dado quitação de valor referente a indenização por bem expropriado, propõe demanda com o fito de reajustar a importância paga, por considerá-la incompatível com aquela que poderia ter sido ofertada em condições mais favoráveis, e a existência ou não de legitimidade ativa do possuidor de imóvel para intentar ação de desapropriação correspondente.

Sobre o primeiro ponto, é firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a quitação constitui prova de extinção de obrigação porque revela o pagamento, confira-se Resp 21579/RJ, T3, Rel. Min. Waldemar Zveiter, julgado em 30/06/1992, sendo que em hipótese análoga, assim já decidiu esta Corte de Justiça: (...) (AC 126585-0, 7CC, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgado em 21/07/2006).

No que tange ao segundo tema, verifico que a documentação acostada aos autos é insuficiente para identificar sequer os bens citados na inicial, vez que nem mesmo o recibo de fls. 45 individualiza perfeitamente o imóvel a respeito do qual foi procedida desapropriação parcial, circunstância que inviabiliza qualquer discussão acerca da legitimidade ativa para propor demanda.

Assim sendo, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, nego seguimento ao presente recurso, porque manifestamente improcedente, ratificando os termos do julgado de origem, não considerando vulnerados os arts. 5º, XXIV, da CF/88; 122 e 845, do CC/2002; e 51, IX, da Lei nº 8.078/90.

Recife, 10 de setembro de 2009

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
Relator' (Apelação Cível nº 0152809-8)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

\*\*\*

Trata-se de apelação cível interposta em face de sentença proferida pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital que, nos autos da Ação de Pedido de Pagamento de Diferença de Indenização Expropriatória (proc. nº 001.2001.016471-6), julgou improcedente o pedido e condenou os Autores ao pagamento de honorários advocatícios arbitrado em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa.

Em suas confusas razões (fls. 80/81), os apelantes alegam que: 'se o expropriado paga indenização injusta e a menor, fica obrigado, pela via judicial, a efetuar o pagamento da diferença complementar', e cita o Código de Proteção e Direito do Consumidor (Art. 51, inciso IX, Lei nº 8.078/1990), aduzindo que tal dispositivo se aplica ao caso concreto, 'pois não se permite cláusula que dê ao fornecedor (expropriante), a opção exclusiva para impor, a seu talante, obrigação ao consumidor (expropriado), de se conformar com a indenização expropriatória injusta.

Contra-razões às fls. 84/90, onde o Réu/Apelado, pugna pela manutenção do *decisum*.

Nesta instância recursal, foram os autos ao MP-PE, que em cota de fls. 102/103, considerou ser despicienda a intervenção do Ministério Público no presente caso.

É o relato. Decido.

Preambularmente, cuido que o apelo não elabora questão jurídica contra os fundamentos da sentença. Assim, pois, não há como subsistir a necessária apreciação recursal.

Todavia, somente por epítrope, cuido que o *decisum a quo* julgou improcedente a pretensão autoral ao fundamento de que 'os próprios demandantes acordaram livremente com o demandado a justa indenização, a qual já se viu recepcionado pelos mesmos, fazendo prova dessa transação o recibo de fls. 51 destes autos, renunciando, no mesmo ato, a qualquer outro direito'. Observou, ainda, a sentença que os autores requerem o complemento de indenização de área diversa da efetivamente expropriada.

De fato, consta às fls. 55, o assentimento, por parte dos autores, ora apelantes, no Termo de Aceitação de Avaliação do bem expropriado, elaborado pelos técnicos do DER/PE, bem como, às fls. 51, o Recibo de quitação plena, geral e irrevogável, subscrito pelos mesmos, acusando o recebimento do valor indenizatório, objeto da lide.

Assim, portanto, não há como os requerentes, ora apelantes, se eximir da responsabilidade ensejada pelas suas anuências.

No caso, a tese apelativa restringe-se a argüir que houve uma avaliação incondizente com o valor justo e que a obliteração dos requerentes fizeram com que eles acatassem a indenização concebida pelo DER/PE. Nesse contexto, considero incabível às pessoas com capacidade jurídica, como no caso, argumentar desconhecimento de lei, como justificativa para não defender seus interesses oportunamente, vindo a posteriori se insurgir sobre negócio jurídico válido e regular já realizado.

De qualquer sorte, em observância ao Princípio da Dialética, e pois visualizando a incoerência de confronto necessário entre a tese apelativa e os motivos da decisão increpada, por não trazer os Apelantes nenhum fundamento de fato e de direito a sobressaltar os argumentos do *decisum*, ora guerreado, tenho que remanesce inadmissível o presente recurso, consoante disposição do artigo 514, inciso II do Código de Processo Civil.

(...)

Pelo exposto, e considerando que a decisão combatida está acorde com a jurisprudência desta Egrégia Corte Estadual, consoante acima demonstrado e devidamente referenciado no corpo desta terminativa, NEGOU SEGUIMENTO à apelação, nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, mantendo-se intacta a decisão recorrida.





**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Publique-se.

Recife, 22 de março de 2010.

**Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos**

Relator' (Apelação Cível nº 0209385-8)

De resto, e com o propósito de evidenciar a insubsistência da pretensão em foco, impende considerar que o laudo de avaliação apresentado pelos autores (fls. 14/19) levou em consideração a área total do bem (496,17 m<sup>2</sup>), muito embora seja certo que, no caso destes autos, a desapropriação atingiu somente 73,24 m<sup>2</sup> do mencionado imóvel (cf. fls. 24/25).

Por todo o exposto, e em síntese conclusiva, **anulo**, de ofício, a sentença proferida em primeiro grau de jurisdição e, em sucessivo, mediante aplicação do direito à espécie (CPC, art. 515, § 3º), **julgo improcedente** a pretensão autoral (CPC, art. 269, I), condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais) – ônus esses cuja exigibilidade é de permanecer suspensa, nos termos da legislação de regência, visto tratar-se de parte beneficiária da assistência judiciária gratuita (fl. 09) –, o que tudo faço com base no art. 557, § 1º-A, do CPC.

Publique-se.”

Pois bem. Limitando-se a citações doutrinárias genéricas, os agravantes não apresentaram nenhum fundamento concreto que justificasse a modificação da decisão agravada, razão por que ora proponho a sua integral manutenção.

Sendo assim, **nego provimento** a este **recurso de agravo**, ratificando integralmente a decisão ora impugnada.

É como voto.

Recife, 27 de abril de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator